

HABEAS CORPUS Nº 507.466 - DF (2019/0122106-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : JOSÉ LUCAS GONÇALVES RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, sem pedido liminar, impetrado em benefício de **JOSÉ LUCAS GONÇALVES RIBEIRO**, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo da Vara de Execuções **concedeu autorização para trabalho externo** quando da progressão de regime do paciente ao regime semiaberto (fl. 20).

Posteriormente, após considerar a prática de falta grave durante o cumprimento da pena em regime semiaberto, a **autorização para saídas temporárias foi negada** (fls. 24-25).

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de agravo em execução, que **restou desprovido** pelo eg. Tribunal **a quo**, nos termos do v. acórdão de fls. 29-33, com a seguinte ementa:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. SAÍDA TEMPORÁRIA. FALTA GRAVE. COMETIMENTO DE DELITO DURANTE A EXECUÇÃO PENAL. MARCO INTERRUPTIVO. REQUISITO TEMPORAL. NÃO PREENCHIMENTO.

A falta grave determina o reinício do cômputo do prazo para a progressão de regime e para a concessão de outros benefícios ao condenado no decorrer da execução da pena, exceto livramento condicional, indulto e comutação de pena. Sendo o agravante reincidente, a concessão de saídas temporárias depende do cumprimento de 1/4 (um quarto) da pena remanescente a contar de seu último recolhimento

Superior Tribunal de Justiça

Recurso de agravo desprovido."

Daí o presente **writ**, no qual a d. Defesa alega constrangimento ilegal, sob o argumento de que o eg. Tribunal de origem considerou a falta grave como marco interruptivo para as saídas temporárias e, com isso, violou a jurisprudência deste eg. Superior Tribunal de Justiça.

Sustenta que *"o paciente já cumpriu mais de 1/4 do total da pena, atendendo, assim, os requisitos legalmente previstos para o benefício no inciso II do artigo 123 da Lei nº 7.210/84, que ora se tem por violado"* (fl. 5).

Aduz que *"o juízo da Execução Penal efetuou a operação norteadada pela data efetiva para o cálculo, dissociada do início do cumprimento da reprimenda, porquanto houve cometimento de novo delito no curso da execução"* (fl. 5).

Assevera que *"tratando de sentenciado reincidente, o lapso exigido é de 1/4 do total da pena, segundo determina o art. 123, II, da Lei nº 7.210/84. Como o recorrente já cumpriu mais de 06 anos e 17 dias de uma pena total de 23 anos e 08 meses e 20 dias, satisfeito está o requisito temporal"* (fls. 5-6).

Afirma que o *"entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a prática de falta grave não interrompe o prazo para saídas temporárias, sendo que o cálculo do requisito objetivo deve considerar o total da pena"* (fl. 8).

Requer, ao final, *"a concessão da ordem, para deferir ao paciente a autorização para as saídas temporárias, uma vez adimplido o requisito objetivo expresso pelo inciso II do artigo 123 da LEP"* (fl. 9).

Informações às fls. 50-76 e 79-100.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 106-110, oficiou pela **concessão da ordem de ofício**, nos termos do r. parecer, sem ementa.

É o relatório.

Decido.

A **Terceira Seção** desta Corte, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão combatido (fls. 29-33):

"Com efeito, a falta grave determina o reinício do cômputo do prazo para a progressão de regime e para a concessão de outros benefícios ao condenado no decorrer da execução da pena, exceto livramento condicional, indulto e comutação de pena. Sendo o agravante reincidente, a concessão de saídas temporárias depende do cumprimento de 1/4 da pena remanescente a contar de seu último recolhimento, considerando a citada interrupção.

Pelo exposto, nego provimento ao agravo de execução, mantendo a decisão impugnada.

É o voto." (grifei)

Pois bem.

Consolidou-se, neste eg. Tribunal Superior, o entendimento no sentido de que, a teor do art. 118, **caput**, I, e art. 127 da LEP, o reeducando que comete falta grave, no curso da execução, fica submetido às sanções de regressão do regime prisional, de alteração da data-base para a concessão de benefícios -

exceto livramento condicional, comutação, indulto, saída temporária e trabalho externo - e de perda dos dias remidos.

In verbis:

"Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

[...]

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar."

No presente caso, porém, em dissonância, o d. Juízo **a quo** determinou a **alteração da data-base para as saídas temporárias** (fls. 24-25), o que foi mantido no v. acórdão vergastado (fls. 29-33).

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA AQUISIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA SAÍDA TEMPORÁRIA E DO TRABALHO EXTERNO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

*1. "A prática de falta grave durante o cumprimento da pena não acarreta a alteração da data-base para fins de **saída temporária e trabalho externo**. Precedentes" (AgInt no REsp 1713617/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018).*

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1755701/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe 14/11/2018, grifei)

Assim, a **falta disciplinar de natureza grave** determina a **alteração da data-base apenas para a progressão de regime, estabelecida a data da infração, não se aplicando ao livramento condicional, à comutação, ao indulto, à saída temporária e ao trabalho externo.**

Ante o exposto, **não conheço do writ. Concedo a ordem, de**

Superior Tribunal de Justiça

ofício, para cassar as r. decisões a quo e determinar que o d. Juízo das Execuções considere, como data-base para a saída temporária, o dia de início da pena. Recomenda-se celeridade.

P. I.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator